

A. I. N° - 232856.0032/07-2
AUTUADO - CLEONICE SALES MORAES
AUTUANTE - FLÁVIO DO PRADO FRANCO JÚNIOR
ORIGEM - INFAZ JEQUIÉ
INTERNET - 07.05.08

4ª JUNTA DE JULGAMENTO FISCAL

ACÓRDÃO JJF N° 0102-04/08

EMENTA: ICMS. ENTRADA DE MERCADORIAS. FALTA DE CONTABILIZAÇÃO. PRESUNÇÃO LEGAL DE OPERAÇÕES NÃO REGISTRADAS. EXIGÊNCIA DO IMPOSTO. A falta de contabilização de entradas de mercadorias indica que o sujeito passivo efetuou pagamentos com recursos não contabilizados decorrentes de operações anteriormente realizadas e também não contabilizadas. Não comprovada pelo contribuinte a origem dos recursos. Infração caracterizada. Auto de Infração **PROCEDENTE**. Decisão unânime.

RELATÓRIO

O Auto de Infração em lide, lavrado em 02/11/2007, exige ICMS, no valor de R\$ 1.259,04 e multa de 70%, em decorrência de omissão de saídas de mercadorias tributáveis apurada através de entradas de mercadorias não registradas.

O autuado apresentou defesa, fl. 20, alegando que todas as notas fiscais apontadas no referido auto, estão lançadas devidamente nos livros fiscais da empresa e arquivadas na documentação entregue para fins de fiscalização.

Após ter tomado ciência da autuação (em 06/11/07), no dia 08 de novembro/07 enviou fax solicitando cópias das notas fiscais constantes do Auto de Infração. Tendo sido atendido, juntou cópia das mesmas ao PAF, fls. 27 a 37.

O autuante ao receber o processo para prestar informação fiscal solicitou do autuado por intimação, a apresentação do livro Registro de Entradas com os devidos registros das primeiras vias das notas fiscais objeto da autuação. Foi concedido um prazo de 10 dias para atendimento do pedido.

O Contribuinte não se manifestou.

VOTO

Trata-se de Auto de Infração lavrado para exigir ICMS em decorrência de omissão de saída de mercadorias tributáveis apuradas através de entradas de mercadorias não registradas.

Em sua defesa (fl. 20), o autuado alegou que todas as notas fiscais apontadas no referido auto, estavam lançadas devidamente nos livros fiscais da empresa e arquivadas na documentação entregue para fins de fiscalização.

O autuante ao receber o processo para prestar sua informação fiscal intimou o contribuinte para apresentar o livro Registro de Entradas com os devidos registros das primeiras vias das notas fiscais objeto da autuação. Foi concedido um prazo de 10 dias e o mesmo não se manifestou. Não se pronunciou sobre a autuação.

Vejo que o autuado recebeu cópia de todos os demonstrativos e das notas fiscais que fundamentaram a autuação, tendo inclusive acostado referidos elementos ao PAF, (fls. 25 a 37).

Examinando o processo, constatei que o mesmo está composto de todos os elementos necessários para fundamentar a autuação, demonstrando com clareza a base de cálculo, a alíquota aplicada e o valor do imposto corretamente apurado.

A falta de contabilização de entradas de mercadorias indica que o sujeito passivo efetuou pagamentos com recursos não contabilizados decorrentes de operações anteriormente realizadas e também não contabilizadas. Não comprovada pelo contribuinte a origem dos recursos.

O contribuinte não apresentou em sua defesa, elemento capaz de elidir o cometimento da infração, devendo ser aplicado o disposto no art. 143 do RPAF/99: “a simples negativa do cometimento da infração não tem o condão de elidir a presunção de legitimidade da autuação fiscal”.

Voto pela PROCEDÊNCIA do Auto de Infração.

RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 4ª Junta de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, julgar **PROCEDENTE** o Auto de Infração nº 232856.0032/07-2, lavrado contra **CLEONICE SALES MORAES**, devendo ser intimado o autuado para efetuar o pagamento do imposto no valor de **R\$1.259,04**, acrescido da multa de 70%, prevista no art. 42, III, da Lei nº 7.014/96, e dos acréscimos legais.

Sala das Sessões do CONSEF, 22 de abril de 2008.

EDUARDO RAMOS DE SANTANA – PRESIDENTE

FRANCISCO ATANÁSIO DE SANTANA – RELATOR

TERESA CRISTINA DIAS CARVALHO – JULGADORA